

## Citação de ministros em delações e malas de Geddel foram destaques

O feriado prolongado não diminuiu o ritmo de novidades e surpresas no noticiário jurídico e político: logo na segunda-feira (4/9), a longa semana começou com o anúncio de que a Procuradoria-Geral da República iria [rever benefícios concedidos](#) aos empresários Joesley Batista e Ricardo Saud, por suspeita de que eles esconderam informações ao negociarem delação premiada.

Em conversa gravada, eles conversam sobre a possibilidade de se aproximar de ministros do Supremo Tribunal Federal e indicam que o ex-procurador da República [Marcelo Miller atuou como “agente duplo”](#) durante as discussões para o acordo, tentando convencer a PGR a aceitar a colaboração. Os empresários [negaram as suspeitas](#), mas o caso fez [ministros do STF pedirem que tudo seja investigado](#).

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, também apresentou um pacote de denúncias: Dilma Rousseff, Lula e os ex-ministros da Fazenda Guido Mantega e Antonio Palocci [foram acusados de integrar organização criminosa](#), junto com outros membros da cúpula do PT; os ex-presidentes também foram [denunciados por obstrução da Justiça](#); e [sete membros do PMDB](#) – incluindo José Sarney, Renan Calheiros e Romero Jucá – foram acusados de participar de desvios da Petrobras e da Transpetro.

A semana teve ainda a descoberta de malas e caixas com mais de R\$ 51 milhões em um apartamento na Bahia. O dinheiro foi atribuído ao ex-ministro Geddel Vieira Lima (PMDB), que acabou [preso três dias](#)

na  
a vice-



Janot denuncia Lula, Dilma, Palocci e outros nomes ligados ao PT

PGR decide revisar colaboração de três dos sete executivos da JBS

Fachin retira sigilo de conversa em que delatores da J&F citam ministros do Supremo

Ministros do STF discutem citações de delatores a membros da corte; Celso de Mello pede investigação sem sigilo

Geddel é preso três dias após descoberta de malas com R\$ 51 milhões



## Estatísticas do Judiciário

O relatório *Justiça em Números*, divulgado na segunda-feira (4/9) pelo Conselho Nacional de Justiça, aponta que [tramitaram 109,1 milhões de processos judiciais](#) no ano passado. Se o Judiciário parasse de receber ações novas e se dedicasse a julgar apenas os processos em trâmite no dia 31 de dezembro de 2016, teria de dedicar dois anos e oito meses à tarefa. Nos tribunais superiores, [a média de decisões caiu 0,3%](#) ante as estatísticas de 2015 e 3,5% em relação a 2014.

## Poderes do MP

O Conselho Nacional do Ministério Público regulamentou a [instauração e o andamento dos chamados procedimentos investigatórios criminais](#) (PICs, sem necessariamente passar pela polícia). Por resolução, agora qualquer unidade do MP no país pode fechar acordo de não-persecução penal com suspeitos de crimes sem violência ou grave ameaça: o investigado deve confessar o delito e, em troca, não será alvo de ação.

## Valor estudantil

A União virou devedora de uma dívida bilionária depois que o [Supremo Tribunal Federal, por maioria de votos](#), entendeu que o governo federal não repassou corretamente a quatro estados (AM, BA, RN, SE) valores do Fundef, um antigo fundo criado para garantir valor mínimo anual por aluno matriculado no ensino fundamental. A Advocacia-Geral da União calcula que, se todos os estados tiverem o mesmo direito reconhecido, a dívida será de R\$ 50 bilhões.

Spacca



## ENTREVISTA DA SEMANA

O conselheiro **Henrique Ávila**, do Conselho Nacional de Justiça, afirma que talvez seja o momento ideal para discutir a aposentadoria compulsória como pena máxima para a magistratura. Ele defende que, quando juízes cometam irregularidades graves, possam ser demitidos sem vencimentos. Apesar das regras atuais, ele não considera o CNJ corporativista.

Em [entrevista à ConJur](#), Ávila criticou a “simbiose entre o juiz da vara e o promotor”. Para ele, essa



---

interação íntima entre Judiciário e Ministério Público deixa o advogado “escanteado” e prejudica o direito de defesa, tirando a paridade de armas.

### **As 10 mais lidas**

[Juiz testa agendamento do INSS e manda agência atender sem marcar hora](#)

[Instituto de Luciano Huck deverá indenizar vencedor de concurso](#)

[Coluna “Senso Incomum”: \*Caso do ejaculador: de como o Direito nos funda e a moral nos afunda\*](#)

[Súmula que proíbe nepotismo não vale para cargo de secretário municipal](#)

[29 tribunais terão expediente normal na sexta-feira \(8/9\)](#)

[STF manda União pagar verbas bilionárias do Fundef a estados](#)

[Juiz fixa honorários de advogado em R\\$ 7 em ação declaratória](#)

[Entrevista – Henrique Ávila: “Sociedade não suporta mais que aposentadoria seja punição máxima de juiz”](#)

[“Fatos gravíssimos” da JBS implicam mais Janot do que “agentes do STF”](#)

[Janot pede que STF derrube emenda constitucional que liberou vaquejada](#)

### **Manchetes da Semana**

[MP pode ignorar ação penal em troca de confissão de suspeito, diz conselho](#)

[Delator não precisa fechar acordo com MP para ganhar perdão, diz juíza](#)

[Exigência de acordo para ajuizar dissídio coletivo é inconstitucional, diz TRT-8](#)

[STJ reconhece validade de cláusula de eleição de foro em contrato de adesão](#)

[Tribunais superiores registram mais despesas e menos decisões](#)

[Quase 110 milhões de processos passaram pelo Judiciário em 2016](#)

[RS pagará R\\$ 15 mil de indenização por busca e apreensão em endereço errado](#)

[Entrevista – Henrique Ávila: “Sociedade não suporta mais que aposentadoria seja punição máxima de juiz”](#)

[Direito ao esquecimento não vale para réus em casos que serão julgados](#)

[Juíza de Mato Grosso permite grampo em conversa de advogado com cliente](#)

### **Date Created**

10/09/2017